

POR UM BALANÇO HISTORIOGRÁFICO DA ESCOLA FRANCESA: A MIEVEALÍSTICA E A CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA DO MEDIEVO NO SÉCULO

XX

Edilson Alves de Menezes Junior ¹

Resumo: O presente artigo debruça-se sobre a abordagem historiográfica da medievalística francesa que, a despeito das grandes variações analíticas a partir dos Annales, comungam a referências comuns quanto a temática estatal; tais referências permitem enquadrar essas diversas leituras no que chamar-se-á de Escola francesa. Discute-se, assim, as principais abordagens teórico-metodológicas que informam essa escola historiográfica e as principais análises propostas quanto a configuração política dessas sociedades. Elencando autores seminais que marcaram a historiografia no século XX, o esforço apresentado consiste em traçar um quadro das análises históricas quanto à sistematicidade da reprodução do poder feudal no reino francês apresentando as recorrências investigativas e rupturas nessa tradição historiográfica. Não obstante, este quadro analítico oferece espaço para discussão e ponderações de lugares-comuns, explicitando debilidade analíticas, abrindo espaço a teses não-hegemônicas nessa temática, como a do Estado feudal, além de ponderar a importância explicativa das organizações políticas medievais.

Palavras-chave: poder, Estado, feudalismo.

FOR A HISTORIOGRAPHICAL BALANCE OF THE FRENCH SCHOOL: MIEVEALISM AND POLITICAL CHARACTERIZATION OF THE MEDIEVAL IN THE 20TH CENTURY

Abstract: This article focuses on the historiographical approach of French medievalism that, in spite of the great analytical variations from the Annales, share common references regarding the state theme; such references make it possible to frame these diverse readings in what will be called the French School. The main theoretical and methodological approaches that inform this historiographical school and the main analyzes proposed regarding the political configuration of these

¹Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), licenciado e bacharelado pela mesma instituição, inclusive pela qual obteve título de mestre. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4418774790165227>. E-mail: edilson_menezes@id.uff.br

societies are discussed. Listing seminal authors that marked historiography in the twentieth century, the effort presented consists of drawing a picture of historical analyzes regarding the systematicity of the reproduction of feudal power in the French kingdom, presenting the investigative recurrences and ruptures in this historiographical tradition. Nevertheless, this analytical framework offers space for discussion and pondering of commonplaces, explaining analytical weaknesses, making room for non-hegemonic theses in this theme, such as the feudal state, in addition to considering the explanatory importance of medieval political organizations.

Keywords: power, state, feudalism.

O impacto do surgimento dos *Annales* na História política medieval

Caracterizar as linhas gerais de análise comum à perspectiva francesa é uma tarefa, quiçá, inescapável, visto o peso fundamental da produção historiográfica na França acerca da Idade Média, tal como sua significativa influência no Brasil². O presente artigo tem por objetivo a configuração de um amplo e exaustivo balanço historiográfico da medievalística francesa a partir da temática das organizações políticas da Idade Média Central; destacar-se-á, não obstante, para além de sua diversidade, os elementos em comum que formam e caracterizam a especificidade dessa tradição historiográfica.

Pensar em termos de uma *Escola francesa* fornece um caminho metodológico inicialmente profícuo ao trabalho: há especificidades típicas da historiografia francófila, parâmetros e paradigmas fundantes e outros

² Hilário Franco Júnior et Mário Jorge da Motta Bastos, « L'histoire du Moyen Âge au Brésil », *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA* [En ligne], 7 | 2003, mis en ligne le 18 octobre 2010, consulté le 22 août 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cem/3322> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cem.3322>, p. 07-08.

fatores que a singularizam³. E estes elementos se expressam em pontos em comum na produção historiográfica desses autores. Entretanto, seria um devaneio tolo propor em um curto artigo realizar todo um balanço historiográfico da forte e centenária historiografia francesa. Mobilizam-se dois recortes fundamentais: tomar-se-á as produções, em grande medida, a partir dos *Annales*⁴ no que tange as obras que se dedicam ao esforço de caracterização sistemática das organizações políticas dos séculos centrais do medievo. Isto é, o filtro temático do recorte proposto exemplifica-se em objetos como a monarquia, as relações aristocráticas, a tese estatal, as relações de poder e dominação, etc.

Evidentemente que recortar mais de um século de intensa produção intelectual reincidiria na necessidade de um parâmetro cronológico – potencialmente arbitrário e revisável, tendo em vista as proporções do presente trabalho. Uma miríade de destacados autores ficam de fora deste balanço, não obstante, por não abordar a temática proposta. Em outros casos, mesmo ultrapassando o escopo cronológico dos *Annales*, alguns autores são elencados dado sua singular importância. É o caso da fundante obra de Charles Petit-Dutaillis⁵ sobre as monarquias feudais que, escrita em 1933, ainda é referida e discutida nos trabalhos atuais⁶. Este autor, sem dúvida, é apenas um exemplo disso. O recorte dos *Annales* oferecerá, cronologicamente, o parâmetro das principais contribuições no que tange à

³ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998, p. 203-217; BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

⁴ BORDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lousã: Publicações Europa-América LTDA, 2012, p. 115-130.

⁵ PETIT-DUTAILLIS, Charles. *La monarchie en France et en Angleterre (X-XIII siècles)*. Paris: La renaissance du Livre, 1933.

⁶ LAUNAY, Vicent. *Le roi en son duché: étude sur les relations entre le roi de France et l'aristocratie de Bretagne (1199-1328)*. Histoire. Université Rennes 2, 2017; LE GOFF, São Luís. *Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002

temática proposta, os autores mais discutidos e influentes nas leituras historiográficas das formas de poder e dominação na Europa feudal. Propõe-se, portanto, algo similar ao balanço feito por Alain Guerreau⁷, conquanto com menos acidez e sinalizando as considerações basilares, como a discussão do Estado feudal.

O poder e a política recolocados: da historiografia de Bloch aos anos 60

Marc Bloch é comumente mobilizado como fronteira historiográfica, ora quando se deseja estabelecer uma fronteira brumosa menos ousada em relação à produção intelectual acerca da Idade Média, ora por tomá-lo como expressão-mor das inovações perpetradas pelos *Annales*. Aqui, o recorte não é menos cômodo. Todavia, o já citado Petit-Dutaillis tem grande relevância quanto à análise proposta: sua tese vanguardista da *monarquia feudal* colocou sobre outros termos o papel dos sistemas políticos e sua relação com o feudalismo. Não de maneira positiva, visto que o feudalismo ainda era considerado um sistema anárquico e alheio a qualquer estrutura ampla de poder; porém a funcionalidade política da *féodalité* foi recolocada.⁸

Para o autor os próprios mecanismos da feudalidade que tornaram possível a ampliação do poder monárquico e, posteriormente, uma centralização política. É nesse sentido a utilização de uma monarquia feudal: a capacidade política desta instituição estaria vinculada a sua capacidade de mobilizar a teia de relações de subordinação pessoal a favor do

⁷ GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980.

⁸ PETIT-DUTAILLIS, Charles. *La monarchie en France et en Angleterre (X-XIII siècles)*. Paris: La renaissance du Livre, 1933, p. 09.

monarca. Àquela altura o mérito era menos pela originalidade do que pela capacidade de sistematizar e demonstrar em uma tese o papel positivo da feudalidade⁹. Aqui pouquíssimo se comunga com as proposições do autor, sobretudo pela sua abordagem; todavia, sua importância é basilar vide a recorrência do conceito monarquia feudal para caracterizar politicamente as sociedades da Idade Média Central. Não obstante, o destaque dado ao papel da negociação, das assembleias¹⁰ e formas de articulação¹¹ da classe dominante sublinhados pelo autor é de grande relevância; não pelos termos e interpretação dados por Petit-Dutaillis, mas por apontar de fato um caminho profícuo de investigação. Estariam lançadas as bases para uma interpretação política dos séculos centrais do medievo menos nebulosas e anárquicas, o rastro de sua sistematicidade e lógica – dialética – entrariam em voga.

Por sua vez a obra *A sociedade feudal*¹² é fundante em diversos sentidos, apesar do conjunto de suas limitações. Não obstante, por que ainda mobilizar esta obra? O que devem os medievalistas, a partir da segunda década do século XXI, a esta obra? Sua atividade intelectual representou uma superação – ainda que conservando alguns elementos, marcas do diálogo com inúmeros autores do oitocentos¹³ – da história política tradicional. A crítica ao fazer história dita “positivista”, a crítica documental mais ampla, novas fontes e paradigmas, o esforço de uma história global, uma história das estruturas fundamentais etc. aplicadas à análise das formas de poder, da atuação aristocrática (séculos XI-XIII)

⁹ GUENÉE, Bernard. *L'histoire de l'État en France à la fin du Moyen Age vue par les historiens français depuis cent ans*. IN: *Revue Historique*, T. 232, Fasc. 2 (1964), p. 332-345.

¹⁰ PETIT-DUTAILLIS, Charles. *La monarchie en France et en Angleterre (X-XIII siècles)*. Paris: La renaissance du Livre, 1933, p. 231-233.

¹¹ PETIT-DUTAILLIS, Charles. *La monarchie en France et en Angleterre (X-XIII siècles)*. Paris: La renaissance du Livre, 1933, p. 228.

¹² BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2009.

¹³ GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 93-94.

legaram importantes inovações. Não obstante, a monumentalidade de *Os reis taumaturgos*, de fato, marcou diversas gerações historiográficas no que se refere a sacralidade do poder régio¹⁴. A síntese do conjunto das perspectivas iniciais da dita primeira geração dos *Annales* aplicada ao estudo das formas de atuação aristocrática nos séculos XI-XIII, em pretenciosa extensão, a tornou modelo para outros historiadores.

Sem dúvida, seria demasiado audaz traçar um balanço da contribuição de Bloch em poucas linhas. Assim sendo, no que concerne à forma estatal e às estruturas de poder, o autor em questão reproduz a clássica tese – tão frequente entre os franceses – da oposição entre Estado e feudalismo¹⁵. Nesse sentido, não se diferencia em nada dos historiadores do século XIX, já acostumados com a dita oposição. Além disso, a falta – e, por vezes, repulsa – de teorização e discussões abstratas que marcou parte significativa dos autores dos *Annales*¹⁶ tem suas expressões nesta obra de Bloch: o Estado não é considerado teoricamente, figura como uma palavra que deveria falar por si; mas não fala. O que o autor entende por Estado só é possível averiguar nas entrelinhas de suas afirmações ao longo da obra, e o que faz diferir um Estado do século XX e um do século XII, conceitualmente, não está explicitado. E este é um dos pontos absolutamente substanciais da crítica à Escola francesa aqui mobilizada: sua parquíssima reflexão e discussão teórica¹⁷. Estado não é uma mera palavra, mas sim no mínimo um conceito e, como tal, deve expor-se o que se entende por tal. Nota-se este

¹⁴ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 59-70.

¹⁵ GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 464.

¹⁶ CARDOSO, Ciro. *História e conhecimento: uma abordagem epistemológica*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012; Wickham, C. (2012). Abordagens Marxistas sobre a Idade Média, Algumas Questões e Exemplos. *Mare Nostrum*, 3(3), 224-244. <https://doi.org/10.11606/issn.2177-4218.v3i3p224-244>, p. 231-233.

¹⁷ LICHTHEIM, Georges. *Marxism in modern France*. Londres: Columbia university press, 1966.

mesmo elemento, além de clássicos como Bloch e Le Goff, em produções francesas recentes que reproduzem a mesma carência teórico-analítica¹⁸.

Se expressa na obra de Bloch uma perspectiva cara aos historiadores franceses do século XIX e início do século XX: a oposição entre Estado e/ou estrutura sistemática de poder e feudalismo¹⁹. Esta leitura baseia-se na ótica de que o aprisionamento das prerrogativas “públicas” pelos senhores representaria expressão da falência do poder estatal. Além da absolutamente criticável chave público-privado na análise do período medieval²⁰, o que estes autores como Bloch sugerem é que o Estado seria contrário ao poder meramente local, intermediado pessoalmente por uma cadeia hierárquica: o “desmembramento feudal foi sempre o poder do chefe local ou pessoal sobre pequenos grupos, subtraídos desse modo a qualquer autoridade mais lata”²¹, o que parece impossibilitar a forma estatal. É esse o tom de oposição, de luta dicotômica entre o bem e o mal que fornece a chave pouco explicativa da aferida realidade sociopolítica. E mesmo quando o autor averigua a possibilidade estatal, como no caso inglês, o faz de maneira pouco explicativa e conceitual mantendo, todavia, a contradição com o feudalismo: a Inglaterra foi mais cedo do que qualquer reino do continente, um Estado verdadeiramente uno, porque a função

¹⁸ AURELL, Martin. *L'Empire des Plantagenêt 1154-1224*. Perrin: Pour L'histoire, 2002, p. 27-33; BOIS, Jean-Pierre, « *La naissance historique des frontières, de la féodalité aux nationalités* », Sécurité européenne. Frontières, glacis et zones d'influence de l'Europe des alliances à l'Europe des blocs (fin XIXe siècle-milieu XXe siècle), *Revue du CRHIA, Enquêtes et Documents*, vol. 34, 2007, p. 11-13; MOAL, Laurance. *Dans le royaume ou en marge ? Le frontière des principauté (séc. XIII-XV)*. In: *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, 2016, 48-49.

¹⁹ CARBONELL, Charles-Olivier. *Les origines de l'Etat moderne : les traditions historiographiques françaises (1820-1990)*. In: *Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990)* Rome : École Française de Rome, 1993, p. 298-301.

²⁰ THERBORN, Göran. *¿ Como domina la clase dominante? Aparatos de Estado y poder estatal en el Feudalismo, el Capitalismo y el Socialismo*. Mexico: Siglo Vientiuno, 1982, p. 72-73.

²¹ BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2009, p. 468-469.

pública ali não se tinha confundido plenamente com o feudo, perdendo de visto, aliás, a própria discussão das variações regionais do sistema feudal²². A estranheza persiste ao defrontarmo-nos com menções aos modelos clássicos – o poder estatal romano e carolíngio – também nada aferidos teoricamente, mas tidos como pontos de apoio da reconstrução do Estado e surgimento das nações, como sublima Henri Hauser²³.

Apesar da exígua reflexão teórica sobre a forma estatal, alguns pressupostos mobilizados por Bloch são sintomáticos e informam boa parte da medievalística francesa, a saber, a perspectiva weberiana²⁴. Ainda que não exposta e discutida abertamente por vezes, pressupostos acerca da categoria Estado e das estruturas de poder na concepção weberiana, como o monopólio da violência, o monopólio jurídico, território e fronteiras estáveis e definidas etc. configuram boa parte das reflexões francesas – trata-se de uma das marcas da Escola francesa²⁵.

O belga François-Louis Ganshof, autor do pequeno livro intitulado *O que é feudalismo?*²⁶, publicado em Bruxelas em 1944, tem significativa relevância historiográfica por ter elevado a primeiro plano o debate sobre o papel político das relações vassálicas. Por sua vez, um dos fatores centrais que estão consolidados e sistematizados na obra de Ganshof é, ao lado do horizonte weberiano, o segundo aspecto teórico-metodológico da Escola

²² PASTOR, Reyna. *Estudio preliminar*. In: BONNASSIE, Pierre (org.) *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona: Editorial Crítica S.A, 1984, p. 07-21; DAVIES, Rees. *L'État, la nation et les peuples au Moyen Âge: l'expérience britannique*. In: *Histoire, Économie et Société*, Vol. 24, No. 1, 2005, p. 17-28.

²³ HAUSER, Henri. *Marc Bloch. — La société féodale : Les classes et le gouvernement des hommes*. In: *Annales de Bretagne*. Tome 47, numéro 1, 1940, p. 271.

²⁴ WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. V.2, Brasília: UnB, 1999.

²⁵ COLLOT-THÉLÈNE, C. *Max Weber et l'histoire*. Paris: 1990; KAESLER, D. *Max Weber. Sa vie, son oeuvre, son influence*. Paris, 1996.

²⁶ GANSHOF, François-Louis. *O que é feudalismo?* São Paulo: Coleção Saber, 1978.

francesa: a ruptura conceitual *féodalisme-féodalité*²⁷. A bem dizer, trata-se da análise fraturada da realidade medieval: no campo do *feudalismo* caberiam às temáticas envolvendo a produção camponesa, as relações sociais do campo, as formas de dominação sobre o campesinato – os aspectos materiais da formação feudal²⁸; já ao campo da dita *feudalidade*, cingir-se-iam os trabalhos acerca dos elementos sócio culturais do período centrados na aristocracia – a saber, o conjunto que compõe as relações internas dessa classe e seus laços de vassalidade²⁹.

Devido à própria abordagem teórica e metodológica acerca da forma estatal, parece um interdito à Escola francesa a reflexão sobre essa forma fora dos parâmetros da centralização³⁰. Ou seja, um Estado descentralizado ou fragmentado não seria uma possibilidade digna do termo “Estado”. O fato das partilhas de autoridade pública em benefícios determinou que “os grandes senhores franceses foram de fato independentes: reconheciam o rei como superior, mas de uma supremacia puramente teórica”³¹. Teatraliza a velha imagem da luta do rei contra a aristocracia rebelde, o que, ao fim e ao cabo, corresponde à explicação mestra mobilizada acerca do processo de centralização – a vitória da monarquia contra a aristocracia³². O que se excluí nessa ruptura analítica é o papel da campesinato na configuração das estruturas de poder; alijar a

²⁷ GUERREAU, Alain. *Fief, féodalité, féodalisme. Enjeux sociaux et réflexion historique*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45^e année, N. 1, 1990, p. 139.

²⁸ DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1988, 2.v;

²⁹ DUBY, Georges. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

³⁰ BASCHET, Jérôme. *Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 268.

³¹ GANSHOF, François-Louis. *O que é feudalismo?* São Paulo: Coleção Saber, 1978, p. 78.

³² LE GOFF, Jacques, *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 103-105.

História desse fator essencial é empobrecer e apenas tangenciar essa totalidade.

A nouvelle histoire ou a débâcle da temática estatal

Estavam, portanto, postos dois elementos teórico-metodológicos fundamentais da Escola francesa, agora consolidados pelas primeiras gerações dos *Annales* – ainda que conservando diversas tradições analíticas do século XIX -, e que informam, em boa medida, até as produções medievalísticas atuais³³. Em síntese, a despeito das variações e divergências, os diversos autores franceses ao longo de décadas comungam nesses dois pontos: a concepção weberiana de Estado e suas estruturas e a ruptura analítica feudalismo-feudalidade. Esses dois elementos constroem, necessariamente, um conjunto de proposições historiográficas, como a tese do Estado feudal³⁴.

O final dos anos 60 e início da década de 70, intelectualmente, foi profundamente marcante e intensa na produção histórica na França. O momento era de grande diversificação, vorazes debates e disputas intelectuais. Impressões do estruturalismo francês, o impacto da aproximação aos padrões da ciência política pelos historiadores britânicos, a conjuntura político-intelectual efervescente do pós-68, certo distanciamento

³³ GENET, Jean-Philippe. *État, État moderne, féodalisme d'état: quelques éclaircissements*. In: Europa e Italia. Studi in onore di Giorgio Chittolini. Florença: Firenze University Press, 2011; LEYTE, Guillaume. *L'État royal, XIe-XVIIIe siècle : Une anthologie*. Paris: Presse Universitaire de France, 2004; FLORI, Jean. *Philippe Auguste: La naissance de l'Etat monarchique. 1165-1223*. Paris: Tallandier, 2002.

³⁴ BASTOS, Mário Jorge da Motta. Os "Reinos Bárbaros": Estados Segmentários na Alta Idade Médica Ocidental. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, Bucema nº 2, 2008; MONSALVO ANTÓN, José M. *Poder Político y aparatos de Estado en la Castilla bajomedieval. Consideraciones sobre su problemática*. In: *Studia histórica. Historia medieval*. Nº4.1986; THERBORN, Göran. *¿ Como domina la clase dominante? Aparatos de Estado y poder estatal en el Feudalismo, el Capitalismo y el Socialismo*. Mexico: Siglo Veintiuno, 1982.

do marxismo ocidental³⁵, etc. Estes são alguns dos diversos elementos que estão na base das mudanças historiográficas experimentadas na década de 70 e seus novos paradigmas: a dita *nouvelle histoire* ganhará campo.

Partícipe deste movimento, Jacques Le Goff dispensa apresentação aos historiadores. O volume e alcance de sua produção intelectual é fantástico, todavia seria por demais pretencioso cogitar realizar um balanço intelectual-biográfico de suas contribuições. Mas convém alertar: vinculado a uma perspectiva de história cultural e das mentalidades, informado pela antropologia histórica etc., Le Goff dispendeu pouquíssimo espaço e tempo às considerações sobre as estruturas de poder, em especial o Estado. Portanto, a despeito de sua influência entre os medievalistas e a visão construída acerca da Idade Média, aos propósitos apresentados no que tange a esse artigo as contribuições de Le Goff são absolutamente secundárias.

Certamente por seus interesses de pesquisa distintos, Le Goff não responde as indagações sobre a forma estatal ou estruturas de poder, sistematicamente. Tão esvaziado de sentido quanto possível, o Estado não mereceu nenhuma exposição teórica ou conceitual em sua obra. Mesmo que já orientado pelos avanços historiográficos da época no que se refere à relação entre a forma estatal e o feudalismo, em *As raízes medievais da Europa*³⁶ as poucas pontuações do autor sobre a temática das estruturas de poder resumem-se a dúvidas e imprecisões: “Tradicionalmente se tem insistido, sobretudo na pretensa incompatibilidade entre um Estado centralizado e o sistema feudal. A realidade, mais flexível, viu instaurar-se

³⁵ ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.

³⁶ LE GOFF, Jacques, *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

realidades políticas de compromisso, o que se pode chamar de monarquias feudais³⁷.

Abstendo-se da óbvia pergunta do que seria o Estado para Le Goff, o esvaziamento conceitual implicaria outras problemáticas. Pelo afirmado, poder-se-ia entender a monarquia feudal como um Estado centralizado? Ou mesmo indagar se monarquia e Estado são sinônimos ou equivalentes? Resumindo, essas não são questões que podem ser respondidas textualmente pela obra. O autor entende o rei medieval como peça angular nessa realidade política, todavia, abordando a problemática fundamentalmente pelo caminho cultural e ideológico. Para o autor, o monarca é a personificação de um tipo ideal, análoga e comparativamente, à crítica da religião de Marx³⁸. Reproduzem-se elementos já postos na tese de Dutailis, por exemplo, que centrado na personalidade do monarca pouco explica o contexto e as condições objetivas de reprodução do poder político em si.

No mesmo problema incorre sua colossal biografia política do monarca francês Luís IX, o São Luís³⁹. O brilhantismo do conjunto da obra contrasta com a decepcionante brevidade em abordar as questões objetivas que condicionam e materializam o poder régio. Nesta obra volumosa não se encontra qualquer abordagem teórica sobre a mesma, ainda que em se tratando do reinado de um importante monarca parecesse recomendável⁴⁰.

Ainda que compreenda nitidamente que a oposição entre Estado e feudalismo é um descabido impropério⁴¹– nesse campo nada além do que

³⁷ LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, p. 103.

³⁸ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 145.

³⁹ LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

⁴⁰ LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 63.

⁴¹ LE GOFF, Jacques. *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro, Record, 2002, p. 599-602.

já havia exposto Petit-Dutaillis na primeira metade do século anterior – a definição e discussão acerca do que seria esse Estado padecem em um verdadeiro vácuo. Jacques Le Goff mobiliza o Estado, assim como boa parte de seus compatriotas, não como um conceito ou categoria, mas como um termo que não exige nenhuma explicação ou classificação. Apesar dos significativos avanços em diversos temas, no que se refere à forma estatal, não se diferencia do comum entre os franceses. Define-o apenas como Estado monárquico; um verdadeiro apêndice teórico na obra, o que camufla a ausência de uma caracterização política do período.

Não menos impactantes na historiografia foram as contribuições de Georges Duby. Todavia, no que concerne ao debate estatal assemelha-se muito a Le Goff. Em entrevista a François Ewald⁴², Georges Duby é questionado com a seguinte pergunta: “a história do Estado francês consiste na passagem progressiva de uma multiplicidade de senhorios a um senhorio único?”⁴³. Em resposta, Duby argumenta que o parcelamento do poder típico da Idade Média Central se dava pela “impossibilidade de governar de longe”. Todavia, com o desenvolvimento econômico houve condições objetivas de conduzir as estruturas produtivas a um centro político único, processo esse que tem seu desfecho em Bouvines, em 1214. Essa batalha “constitui incontestavelmente um marco decisivo: nesse momento a primeira gênese do Estado moderno é realizada, os órgãos que servirão de armadura ao Estado e a nação estão no lugar”⁴⁴. Essas afirmativas absolutamente genéricas marcam a questão estatal na obra do dito autor. Duby, na citação acima, expõe uma das fragorosas carências da Escola francesa e que esbarra fundamentalmente com o medievo: a impossibilidade de

⁴² EDWALD, François. *Georges Duby: la formation de l'État*. Paris: Magazine littéraire, 1987.

⁴³ EDWALD, François. *Georges Duby: la formation de l'État*. Paris: Magazine littéraire, 1987, p. 02.

⁴⁴ EDWALD, François. *Georges Duby: la formation de l'État*. Paris: Magazine littéraire, 1987, p. 04.

pensar a possibilidade da formação estatal sob a forma descentralizada, fruto da perspectiva weberiana.

Confrontadas com outras obras do mesmo Georges Duby, alguns pressupostos demonstram-se. Em *A Idade Média na França* já na abertura da obra o autor afirma: “meu objetivo é mostrar como o Estado surgiu pouco a pouco do feudalismo”⁴⁵. Ao longo da obra, compreende-se que o objetivo é demonstrar como o Estado moderno surgiu suprimindo e contradizendo a forma feudal: em linhas mais suaves, eis a oposição Estado-feudalismo. Novamente, recorre-se à virada do século XII ao XIII não para entender o modo de produção feudal e suas estruturas de poder em pleno dinamismo e pujança, mas como expressões de uma transição a outro modelo. Certamente, é uma leitura pouco explicativa quanto a sistematicidade e organicidade do poder feudal nos séculos centrais do medievo. Estado para o autor, pelo que se nota nas entrelinhas, certamente é o oposto do parcelamento de poder típico do modo de produção feudal, razão para que Duby dedique um capítulo – quase elogioso – ao rei Filipe II, Augustos, segundo o autor, por ter ampliado o Estado⁴⁶. Dada à ausência de reflexão teórico-conceitual, restam dúvidas sobre as próprias posições do autor. Sendo assim, deve-se entender que monarquia e Estado são sinônimos? Alargar os domínios do rei em sua condição de senhor feudal é o mesmo que estender o Estado, *l'État c'est moi*? Perguntas sem lastro em suas obras. Duby e Le Goff, a influente dupla francesa por décadas no Brasil, tem em comum suas expressivas contribuições historiográficas, todavia, o tema estatal não encontra nesses autores reflexão no patamar que poderia se esperar.

⁴⁵ DUBY, Georges. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 11.

⁴⁶ DUBY, Georges. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 204.

As vozes divergentes na Escola francesa?

Um tanto deslocado do eixo da *nouvelle histoire*, René Fédou, em 1971, publica sua obra *L'État au Moyen Âge*⁴⁷, trazendo à tona diretamente a problemática estatal. Ao lado de Charles Parain e Guy Bois, aparecem como raras exceções a algumas interpretações da Escola francesa. A obra de Fédou ganha contornos de raridade por mobilizar uma temática um tanto rechaçada naquele momento historiográfico, em especial entre os medievalistas. Abdicando de uma análise cronológica linear, o autor problematiza questões importantes, como a relação entre aristocracia, feudalidade e Estado. Nesse ínterim, Fédou subscreve os autores precedentes, entendendo que "as relações feudo-vassálicas foram uma das vias de restituição do Estado e da autoridade pública. Mas, no curto prazo, a introdução da vassalidade no Estado arrastará a confiscação do Estado pela feudalidade"⁴⁸.

A contradição não está em entender a vassalidade como chave explicativa tanto para a dissolução, quanto para a reconstituição da forma estatal – isso, dialeticamente, é absolutamente possível. O problema está em não apresentar as mudanças conjunturais ou estruturais que possibilitam um mesmo elemento fundamentar processos, aparentemente, antagônicos. A resposta mais corrente, também mobilizada pelo autor, é o papel diferenciado do monarca na utilização desses recursos, como o direito feudal⁴⁹. Delegar-se-á à personalidade dos monarcas este processo? Ao que parece este é o caminho menos profícuo à visualização do problema e lugar comum na historiografia francesa. Conquanto a manutenção de leituras já estabelecidas, a obra de Fédou traz novidades importantes, dentre elas a

⁴⁷ FÉDOU, René. *L'État au Moyen Age*. Paris: Presse Universitaires de France, 1971.

⁴⁸ FÉDOU, René. *L'État au Moyen Age*. Paris: Presse Universitaires de France, 1971, p. 52.

⁴⁹ FÉDOU, René. *L'État au Moyen Age*. Paris: Presse Universitaires de France, 1971, p. 64-65.

taxativa superação da tese da anarquia feudal: “contrariamente ao que sugere o binômio mais clássico “anarquia feudal”, a feudalidade não criou a anarquia, ela foi um remédio contra ela (...)”⁵⁰. Cravar, à época, essa perspectiva era importante no debate historiográfico do momento e demonstra a perspicácia do autor, embora não o tire da leitura weberiana de Estado centralizado. Uma das formas de encarar a questão estatal, para Fédou, na Idade Média Central foi o recurso à redução de nível analítico. Em outras palavras, ao invés de um quadro Estatal geral, ainda que não central, a opção do autor é compreender os senhorios como mini-Estado.

Cabe marcar que no afã de alguns autores em encontrar uma forma centralizada de Estado, a princípio, a saída de reduzi-lo ao nível do senhorio parece um recurso atraente. Todavia ao fazê-lo ignora o fundamento básico dessas relações, que se expressam inclusive no interior dos senhorios. Isto é, ainda que se aceite a possibilidade de entender cada senhor como uma pequena formação estatal, ignorar-se-á tanto a contraditória e tensa dinâmica interna de cada senhorio como as formas mais amplas de articulação. Um senhorio raramente é homogêneo e unânime, até mesmo pequenos senhores lidam com resistências e tensões internas em seus territórios. Nas entrelinhas a perspectiva de Fédou é a busca de um apoio intelectual, pois é tradicional a Escola francesa compreender – ou mesmo aceitar investigar – a forma estatal apenas nos moldes centralizados. Seria ingênuo, dado o patamar atual das pesquisas, considerar que um castelão exerça, ainda que no seu raio de influência, um poder estatal. Seria desconsiderar toda a dinâmica aristocrática que o constrange e condiciona.

Tal como Fédou, ainda na década de 1970 as produções de Charles Parain e Guy Bois encontravam-se igualmente fora da órbita da *nouvelle*

⁵⁰ FÉDOU, René. *L'État au Moyen Age*. Paris: Presse Universitaires de France, 1971, p. 66.

histoire. Parain⁵¹ vinculava-se abertamente ao campo do marxismo – raridade dentre a medievalística francesa – e formulou instigantes apontamentos sobre o modo de produção feudal em sua tentativa de sintetizá-lo em suas características fundamentais. Todavia, no que tange a questão estatal pouco se difere das discussões historiográficas de sua época⁵².

Sendo assim, estava fora do horizonte do autor a perspectiva de uma forma estatal não centralizada. A lógica de que o funcionamento estatal somente executa-se por via do monopólio burocrático da justiça não é mais que a manutenção da visão da Escola francesa sobre o tema. É o prisma de que ou o Estado se estrutura em uma forma impessoal e centralizada, ou não é. A própria ausência da problemática do Estado é tão sintomático quanto na obra de Guy Bois. Também orientado no referencial marxista, a questão estatal é absolutamente ignorada. Não que por si só a problemática seja uma imposição, todavia, compreendendo que a estreita e orgânica vinculação entre a esfera política e econômica são inseparáveis na realidade medieval, aos trabalhos acerca da economia feudal espera-se considerações fundamentais sobre as estruturas de poder e dominação e, portanto, sua própria organicidade no movimento da economia feudal. Porém, em *Crise du féodalisme*⁵³, Guy Bois mantém-se apenas no nível senhorial no que se refere as formas políticas. E mesmo ao final da Idade Média, contexto no qual a escola francesa tende a admitir a possibilidade estatal, o tema passa em branco pelo autor. Apenas como um dos exemplos, em sua análise sobre o renascimento econômico e demográfico

⁵¹ PARAIN, Charles. *Caractères généraux du féodalisme*. In: CERM, *Sur le féodalisme*. Paris: Édition sociale, 1971.

⁵² PARAIN, Charles. *Caractères généraux du féodalisme*. In: CERM, *Sur le féodalisme*. Paris: Édition sociale, 1971, p. 14.

⁵³ BOIS, Guy. *Crise du féodalisme*. Paris: Presse de la FNSP, 1976.

(1450-1500)⁵⁴, após a turbulência da crise estrutural que atingiu boa parte da Europa no final da Idade Média, o Estado não figura em sua abordagem. Conclui-se que este não cumprira nenhum papel de importância? Sem dúvida essa é uma peça essencial ao tema. Um “silêncio sonoro” na obra desses autores e, por conseguinte, sintomático quanto às perspectivas historiográficas em voga.

A reprodução sociopolítica fora de cena: culturalismo nos anos 80

A década de 1980 inicia-se entre os medievalistas com impactantes polêmicas e novos rumos historiográficos, que também tem seus desdobramentos importantes na década seguinte. Foram tempos turbulentos, e certamente a conjuntura histórica dos autores influenciara o fazer História do período. Era o momento, no plano internacional, que se evidenciava a *débâcle* soviética – o que, sem dúvida, acentuou diversos debates. Talvez pelos desdobramentos da experiência soviética o marxismo fora coloca no canto do ringue: o fim do socialismo real da URSS seria o fim do marxismo? Enterrar-se-ia de vez Marx? Fim da História?⁵⁵. Quanto à nova história política alguns de seus desdobramentos impactaram certamente os *Annales* e, não obstante, os próprios medievalistas. Na ríspida crítica de Virgínia Fontes e Sônia Regina Mendonça:

[...]tal abordagem não subsidiou uma historiografia propriamente política, mas sim outra de cunho culturalista (...) Trata-se de uma especialidade que, partindo da crítica tanto ao estruturalismo

⁵⁴ BOIS, Guy. *Crise du féodalisme*. Paris: Presse de la FNSP, 1976, p. 309-318.

⁵⁵ FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998, p. 267-281.

quanto ao culturalismo extremados, encontra-se no limite entre as análises racionalistas e as pós-modernas.⁵⁶

Os traços “culturalistas” aportam na medievalística com ares do já tradicional diálogo com a antropologia histórica dos *Annales*, encabeçado por Le Goff. Importantes intelectuais do medievo atuais começam a despontar nesse período, tal qual um renovado interesse pela questão estatal, trazido à tona por autores como Jean-Philippe Genet e Bernard Guenée. A começar pela obra de Jean-Pierre Poly e Eric Bournazel, intitulada *La Mutation féodale*⁵⁷, que incitam polêmicas acaloradas entre os historiadores franceses do medievo. Estas comungam entorno das controvérsias sobre o papel das mudanças advindas após o esfacelamento do Império carolíngio – em linhas gerais os séculos IX-X – na gênese de uma sociedade feudal clássica da Idade Média central são diversas⁵⁸. Os debates são absolutamente amplos nesses temas e a obra de Poly e Bournazel reacenderá o debate no sentido de problematizar esse “período de transição”, no que se refere a uma das clássicas problemáticas historiográficas: o que é feudalidade?⁵⁹.

É a resposta dessas questões que a obra de Poly e Bournazel irá retomar as polarizações historiográficas, que em termos mais modestos assemelha-se as clássicas discussões sobre a transição feudalismo-capitalismo. Centrando-se em torno do ano mil a questão opunha dois campos principais: para uns, o período foi marcado por forte ruptura com o

⁵⁶ MENDONÇA, Sônia R; FONTES, Virgínia. *História e teoria política*. IN: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 58-59.

⁵⁷ POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Eric. *La Mutation Féodale (Xe-XIle siècles)*. Paris: Presse Universitaire de France, 1980.

⁵⁸ LAURANSON-ROSAZ, Christian. *En France: le débat sur la “mutation féodale: État de la question*. *Scienza & Política*, número 26, 2002, p. 04.

⁵⁹ POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Eric. *La Mutation Féodale (Xe-XIle siècles)*. Paris: Presse Universitaire de France, 1980, p. 09.

período precedente (Georges Duby, Pierre Bonnassie, Jean-Pierre Poly) inaugurando assim as origens do sistema feudal – a dita tese *mutacionista*; para outros, trata-se de um período marcado por continuidades e permanências – tese que sagrar-se-ia como *antimutacionista*⁶⁰. Não é intenção manifesta, aqui, adentrar a estes densos debates em específico. Apenas sinalizar que é nesse contexto que se insere as contribuições de Poly e Bournazel, que certamente enriquecem a compreensão do período em diversas questões, para além mesmo da tese central da obra⁶¹.

Quanto à forma estatal, esses autores igualmente não a consideram frontalmente, seja empírica ou teoricamente. Todavia, avançam em algumas interpretações historiográficas que fornecem importantes reflexões ao trato, aqui, do tema. Diferentemente da interpretação que ilustrava na carência material dos monarcas o símbolo do esfacelamento estatal, Poly e Bournazel compreendem que: “o rebaixamento material da realeza não implica no enfraquecimento da ideia real (...). Bem ao contrário, é de seu rebaixamento mesmo que a realeza deve tirar sua nova força”⁶². Para esses autores a resposta no que tange as estruturas de poder da monarquia devem ser exploradas e esclarecidas a partir do conjunto de relações pessoais expressos na *entourage* do rei e sua dinâmica com a aristocracia. Foi justamente no afastamento da grande aristocracia do círculo real que possibilitou um conjunto de modificações importantes na Corte real; essa agora será composta pela ascendente cavalaria e outros oficiais, na qual o conselho será um dos pontos norteadores⁶³. Mesmo que aqui não haja uma

⁶⁰ LAURANSON-ROSAZ, Christian. *En France: le débat sur la “mutation féodale: État de la question*. *Scienza & Política*, número 26, 2002, p. 04-06.

⁶¹ BONNASSIE, Pierre (org.) *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo (siglo X-XIII)*. Barcelona: HUROPE, 1984.

⁶² LAURANSON-ROSAZ, Christian. *En France: le débat sur la “mutation féodale: État de la question*. *Scienza & Política*, número 26, 2002, p. 276.

⁶³ LAURANSON-ROSAZ, Christian. *En France: le débat sur la “mutation féodale: État de la question*. *Scienza & Política*, número 26, 2002, p. 277-284.

abordagem sistemática da questão estatal, transferir o foco de análise das aparências materiais ao cerne das relações e vínculos pessoais – exemplificando com o séquito real, mas pode-se pensar da mesma maneira a outros grandes senhores – é um avanço significativo, indica um caminho sugestivo de investigação. Temáticas como o papel das cortes e das relações de dependência pessoal figurarão ao longo da obra, no esforço dos autores de caracterizar a “mutação social” dos séculos IX-XI, e fornecem por sua vez importantes problemáticas e caminhos de reflexão.

Por outro lado, Philippe Contamine e Robert Fossier, enquanto importantes nomes da medievalística e vinculadas às heranças da antropologia histórica de Duby e Le Goff não tratam da questão estatal, senão como uma mera palavra – sendo fiéis, assim, aos autores ao qual vinculam-se. Philippe Contamine, em *La guerra en la Edad Media*⁶⁴, afirma que “subsistiram grandes Estados relativamente unificados como o reino de Castela, o reino normando da Itália meridional” em contraste com a realidade francesa e germânica, locais em que as “células políticas” se multiplicaram⁶⁵. Em Robert Fossier a questão é rigorosamente semelhante: na obra *La Edad Media – el despertar de Europa 950-1250*⁶⁶, o autor dedica um capítulo ao trato da conjuntura política do período sobre o título *Assentamento dos Estados*⁶⁷, no qual a problemática estatal inexistente. É a não-definição clássica de Estado a diversos medievalistas, enquanto mero sinônimo de monarquia, de reino ou sabe-se lá. Uma mera palavra que não se acrescenta nenhuma caracterização, quase que se pudesse falar por si

⁶⁴ CONTAMINE, Philippe. *La Guerra en la Edad Media*. Calabria: Editorial Labor S.A, 1984.

⁶⁵ CONTAMINE, Philippe. *La Guerra en la Edad Media*. Calabria: Editorial Labor S.A, 1984, p. 38-39.

⁶⁶ FOSSIER, Robert. *La Edad Media – el despertar de Europa 950-1250*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

⁶⁷ FOSSIER, Robert. *La Edad Media – el despertar de Europa 950-1250*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988, p. 110-133.

mesmo. E é o que faz Fossier no dito capítulo: um amplo panorama da trajetória política dos reinos da Inglaterra, França, Império, Itália e Hispânia e seu processo de consolidação no século XI. Sem maiores considerações e conceptualizações, o Estado é apenas um título.

Não obstante, o tema estatal também não aparece de maneira significativa nas leituras de Pierre Bonnassie, ainda que a perspectiva do autor seja de uma “reconstrução dos poderes” sobre a forma feudal. Ao que parece, na ótica do autor, não se trata nos termos de um Estado em suas análises. A ausência parece fundamentalmente significativa no dicionário temático produzido pelo autor, sob o título de *Vocabulario Basico de la Historia medieval*⁶⁸, onde não encontra-se verbete a temas como Estado, monarquia, etc. Não obstante, as contribuições do autor quanto a dinâmica do modo de produção feudal será de relevante importância, sobretudo por distinguir-se de boa parte da Escola francesa nesse caminho; porém quanto a forma estatal, suas contribuições são demasiadamente pequenas. De fato, as principais contribuições no que se refere a questão estatal não advieram do campo da medievalística marxista na França – com expoentes como Charles Parain, Jean-Pierre Poly, Pierre Bonnassie, etc.

As análises atuais sobre os sistemas políticos: negacionistas e a “gênese”

Destacam-se, por fim, quatro autores absolutamente fundamentais e que sintetizam as principais perspectivas da Escola francesa sobre a problemática estatal, além de serem as referências mais mobilizadas quanto a presente temática. Trata-se de Bernard Guenée, Jean-Philippe Genet,

⁶⁸ BONNASSIE, Pierre. *Vocabulario Basico de la Historia medieval*. Barcelona: Editora Crítica, 1988.

Alain Guerreau e Jérôme Baschet; ainda que em momento diferentes, há significativas linhas de continuidade na análise do tema Estado entre estes.

É comum a esses quatro autores e sintetiza, a bem dizer, as interpretações da historiografia francesa sobre o Estado: o referencial weberiano, como já afirmado. Nesse sentido, Jean-Philippe Genet tem o mérito de, a despeito a ampla tradição da Escola francesa de irrisória reflexão e exposição teórica, destacar e discutir as perspectivas que orientam sua análise de maneira clara e direta. Todavia, o que mobiliza o autor não seria a forma estatal medieval, mas a gênese do Estado moderno⁶⁹. Nas entrelinhas, Genet também nega a forma estatal a Idade Média pela abordagem que realiza; o que se teria configurado no período 1250-1350 no Ocidente seriam Estados modernos derivados das monarquias feudais⁷⁰. Em linhas gerais, são três elementos que configuram a perspectiva teórica do autor: em primeiro lugar o monopólio da violência e da justiça, em segundo uma base fiscal direta que supunha certa distinção entre público e privado e, por fim, a existência de uma sociedade política que aceite e legitime a existência desse Estado e seus mecanismos⁷¹. Em artigo mais recente debate com as proposições de Giorgio Chittolini, afirmando sintetizar enquanto problemática inicial que constituir-se-ia um Estado a partir de “toda estrutura de poder que exerce direitos não contestado ou abalado por um poder superior sobre um dado território e cuja autoridade seja reconhecida pelas populações que o residem pelo termo de Estado”⁷².

⁶⁹ GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne [Les enjeux d'un programme de recherche]*. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 118, juin 1997.

⁷⁰ GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne [Les enjeux d'un programme de recherche]*. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 118, juin 1997, p. 06.

⁷¹ GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne [Les enjeux d'un programme de recherche]*. In: Actes de la recherche en sciences sociales. Vol. 118, juin 1997, p. 04-06.

⁷² GENET, Jean-Philippe. *État, État moderne, féodalisme d'état: quelques éclaircissements*. In: Europa e Italia. Studi in onore di Giorgio Chittolini. Florença: Firenze University Press, 2011, p. 197.

Reforça, assim, que para existência dessa forma estatal reconhecida e legitimada é imperativo a “existência precoce de uma sociedade política”⁷³. Pois bem, os referenciais de Genet – excetuando as problemáticas quanto esse “Estado moderno” do autor – desconsidera absolutamente as estruturas sócio-políticas do medievo. Ainda que o autor posicione-se contrário a antiga tese da anarquia feudal entendendo-o como base objetiva do desenvolvimento estatal, o faz não como uma forma específica do feudalismo, mas sim em seu caráter negativo. Isto é, a forma estatal desenvolvida, sobretudo na Baixa Idade Média não seria produto da sociedade feudal, mas seu contraponto, sua antítese, ou seja, os germes de uma forma vindoura de organização social.

Ao tratar do período pós ano mil, da forma política que configuraria a Idade Média Central, Genet afirma: “o Estado não mais se resume a uma relação social privilegiada entre o soberano e a aristocracia militar; ele está compreendido no conjunto de relações sociais que estruturam essa classe aristocrática; é exatamente no que constitui a revolução feudal”⁷⁴. Ora, a essa perspectiva analítica converge com diversas posições assumidas aqui, entender a forma estatal no medievo não como o modelo centralizado clássico, mas sim fragmentário no conjunto das relações de poder da aristocracia é um caminho absolutamente salutar. Todavia o que informa o autor não é a característica específica do medievo, mas sim como desse período forma-se o Estado moderno: portanto, logo em seguida tratará nos

⁷³ GENET, Jean-Philippe. *État, État moderne, féodalisme d'état: quelques éclaircissements*. In: Europa e Italia. Studi in onore di Giorgio Chittolini. Florença: Firenze University Press, 2011, p. 200.

⁷⁴ GENET, Jean-Philippe. Estado. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, p. 401.

termos de um restabelecimento/reestruturação estatal do Estado a partir do século XIII⁷⁵.

Aqui, monarquia emerge como protótipo de Estado, das trevas feudais e coloca-se acima das cabeças como mediadora de conflitos e monopólio legítimo da violência. Compreensão francamente limitada no que se refere à dinâmica da Idade Média Central. Genet tem o mérito de reacender uma problemática até então esquecida até a década de 90, mas o faz mobilizando referenciais clássicos da historiografia francesa articuladas a problemáticas que não se referenciam no período medieval, o que constringe alguns de seus avanços analíticos ao ostracismo da temática.

Se Genet é um dos responsáveis em retomar a questão estatal entre os franceses na década de 90, referencia-se significativamente na obra de Bernard Guenée quase três décadas mais velha. Grosso modo enquanto perspectiva teórica as bases mobilizadas por Genet já haviam sido sintetizadas por Guenée, enquanto expressão da trajetória da Escola francesa, sobretudo sobre a Baixa Idade Média⁷⁶.

Quanto à perspectiva normalista, entende-se por isso a leitura dos aspectos históricos que normatizariam a base de qualquer "Estado", quiçá um Estado-Nação: território, idioma, religião, história, etc. Regredindo no máximo ao final do século XII, essas características são levantadas como aspectos distintivos e em mutação histórica, a base de atuação de uma nova forma de administração e burocratização dos séculos XIV e XV aliada a uma nova visão de totalidade dos príncipes, mobilizando inclusive a alegoria *De monarchia* de Dante⁷⁷.

⁷⁵ GENET, Jean-Philippe. Estado. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006, p. 405.

⁷⁶ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Editora Pioneira, 1981.

⁷⁷ GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Editora Pioneira, 1981, p. 112.

Pasmem, quase nada sobre a realidade produtiva e a configuração de classe desse processo histórico. Protagonismo e resistências das classes trabalhadoras são obliteradas. Ao leitor desavisados, esses Estados ocidentais *à la Weber* – ainda que não discutido teoricamente como Genet, aparecem claramente na obra – seriam produto de um conjunto de rearranjos burocráticos e profissionalizantes no domínio aristocrático amalgamando a acentuação histórica e espontânea de elementos abstratos como nação, território, história em comum, etc. As contribuições do autor são ricas e profícuas em diversos momentos, mas há de se acentuar essa tendência da Escola francesa sobretudo após o *Faire de l'histoire* em acentuar os elementos de cunho cultural. O problema não reside nesse tipo de história, mas sim em alijá-la de seu contexto material e conjuntural, de sua relação dialética com a realidade. O resultado é uma história manca e oblíqua, que reduz a própria complexidade do objeto cultural. Não obstante, há outras contribuições de Guenée a questão estatal⁷⁸ e a cultura política⁷⁹ no final da Idade Média, porém seguem em suma sua cartilha no que se refere à perspectiva de surgimento – quase gênese, não fosse diferença de alguns anos – de um Estado que forma-se na Baixa Idade Média não como um substrato medieval, mas sempre em contraposição a uma dita forma moderna. O caminho insinua-se sempre como gênese do Estado moderno, não como Estado feudal; trata-se da negação da realidade feudal, não de sua própria dinâmica. Nesse ponto assemelha-se bastante a Genet, entretanto, constrange significativamente a influência dessas contribuições,

⁷⁸ GUENÉE, Bernard. *L'histoire de l'État en France à la fin du Moyen Age vue par les historiens français depuis cent ans*. IN: *Revue Historique*, T. 232, Fasc. 2 (1964); GUENÉE, Bernard. *Y a-t-il un État des XIVe et XVe siècles ?*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26^e année, N. 2, 1971. pp. 399-406.

⁷⁹ GUENÉE, Bernard. *Espace et État dans la France du bas Moyen Âge*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 23^e année, N. 4, 1968. pp. 744-758; GUENÉE, Bernard. *Les généalogies entre l'histoire et la politique : la fierté d'être Capétien, en France, au Moyen Âge*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 33^e année, N. 3, 1978. pp. 450-477;

pois a realidade feudal e suas especificidades são pouco consideradas. Sendo assim, uma das indagações frequentes é a reflexão sobre como se realiza a transição entre a forma bruta medieval e o produto acabado na época moderna⁸⁰.

Se Jean-Philippe Genet retoma a esquecida questão estatal nos anos 1990, trazendo a reboque as leituras pretéritas de Guenée, o tema assume um caráter positivo entre os medievalistas franceses – lembrando que Genet seguiu produzindo nessa vertente no século XXI. Todavia, essa é uma perspectiva. Há outras, dentre as quais se destaca a que intitularemos de *negacionistas*. Trata-se de Alain Guerreau e, para ficar entre os principais nomes, Jérôme Baschet a sua esteira. Para esses autores a questão é absolutamente explícita e categórica: seria inviável a existência de um Estado na Idade Média.

O afamado Alain Guerreau, em sua exponencial ascensão profissional, formaliza a tese que o lançou entre os catedráticos da Escola francesa, a saber, *O feudalismo: um horizonte teórico*⁸¹. O objetivo aqui é não proceder a uma exegese dos méritos e deméritos de sua obra, mas sim ao que tange a questão mobilizada aqui, parte final da obra desse autor dedicada a uma teoria do sistema feudal. Guerreau entende o feudalismo como um sistema integrado – um ecossistema -, no qual o *dominium* – núcleo de sua tese – consistiria na relação social de poder entre homens e terras, base objetiva de uma aristocracia guerreira que se articula entre si e com a totalidade social a partir de parentescos artificiais. No bojo de sua tese, a Igreja assume o papel de pedra angular enquanto principal instituição articuladora no medievo para o autor.

⁸⁰ GUENÉE, Bernard. *L'histoire de l'État en France à la fin du Moyen Age vue par les historiens français depuis cent ans*. IN: *Revue Historique*, T. 232, Fasc. 2 (1964), p. 346.

⁸¹ GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980.

Quanto ao Estado, algumas indefinições pairam sobre as assertivas do autor – característica tão marcante de diversas reflexões da Escola francesa. Ao menos nominalmente, existiu um Estado feudal para Guerreau, na aurora de um florescimento econômico e organização geral entre os normandos na Inglaterra e os capetíngios na França na segunda metade do século XII, já “no século XIII nasceu o Estado feudal: moeda real, tribunal superior, administradores locais delegados, universidade, línguas vernáculas elevadas à dignidade de escrita”⁸². De sua pouco esclarecida afirmação extrai-se os elementos característicos da perspectiva weberiana de seus compatriotas franceses: associar intimamente Estado – ou seu nascimento – a uma crescente burocratização, reforço de um poder central – capaz de impor uma “moeda real”, nesse caso – progressivo monopólio jurídico, etc. Além de um “sentimento nacional”, ainda que muito diluído. A contradição essencial estaria na funcionalidade característica da guerra enquanto principal motor e fator de coesão do sistema feudal confrontando com um Estado que deve deter o monopólio dessas iniciativas, o que se processaria apenas, enquanto gênese, no final da Idade Média⁸³.

A oposição entre a essencial organicidade da guerra e sua pretensa e progressiva monopolização por parte do Estado demonstra as insuficiências teóricas no entendimento da questão. Mobilizar a temática nesses termos é enquadrá-la em termos que refutam a problemática a priori, em outras palavras, a discussão weberiana de Estado constitui-se quase que um “anti-Estado feudal” justamente por negar os próprios elementos constitutivos dessa realidade. Nesses termos, de fato a problemática parece um interdito.

Jérôme Baschet é muito mais incisivo quanto à questão estatal em seu extensamente veiculado manual, *A civilização feudal: do ano mil à*

⁸² GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 239.

⁸³ GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 241.

colonização da América⁸⁴. Baschet procura polemizar diretamente com Genet sobre a aplicabilidade da perspectiva de gênese do Estado moderno ao período medieval a partir de meados do século XIII. Quanto ao desenvolvimento do poder real os autores estão de acordo, sob a já tradicional prisma do avanço de baillios e prebostes, evolução das finanças, o papel simbólico e político do príncipe, etc⁸⁵. Nesse sentido, questiona: “mas é possível, por decorrência, falar em Estado? Não seria confundir Estado e rei e precipitar excessivamente a marcha da história?”⁸⁶. Em contraste com a maior parte da Escola francesa, o autor procura mobilizar francamente seu referencial teórico weberiano, discutindo-o.

O impasse é gritante na insistência de um referencial teórico anti-feudal. A realidade é sempre mais complexa que a teoria, mas a apreensão intelectual trata-se, como se advoga aqui, enquanto reprodução ideal do movimento real do objeto. Ou seja, é a partir do confronto empírico com uma dada realidade que se mobiliza as categorias, os referenciais teóricos. O que se verifica é a tentativa forçosa de enquadrar a realidade medieval em um cabedal teórico weberiano que a nega, ocasionando tamanha inflexão historiográfica. Na síntese de Baschet, o autor trata de negar francamente a categoria estatal ao medievo:

Em resumo, o reforço do poder real não significa, então a formação de um verdadeiro Estado. A tensão monarquia/aristocracia, mesmo se ela atua, agora, a favor da primeira, permanece no interior do quadro definido pela lógica feudal. Trata-se de um jogo feito de rivalidade e de unidade, de convivências e de afastamentos, que esboça, é verdade, futuras rupturas, mas que não atinge a

⁸⁴ BASCHET, Jérôme. *Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.

⁸⁵ BASCHET, Jérôme. *Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 264-267.

⁸⁶ BASCHET, Jérôme. *Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 268.

intensidade de uma alternativa – a nobreza ou a monarquia – da qual surgirá, no século XVII, o Estado.⁸⁷

Em síntese, a Escola francesa, apesar de seus mais variados matizes, apresenta linhas gerais de reflexão que se apresentam nos mais diversos autores, como exposto. Portanto, abstraindo as contribuições concretas dos autores podem-se sintetizar algumas abordagens típicas – o que propriamente justifica a ideia de Escola – a saber: **I** – a limitadíssima reflexão teórica sobre a categoria Estado, com raras exceções; **II** – o referencial weberiano de Estado, sobretudo no que tange ao monopólio da violência, monopólio jurídico, fronteiras e território estáveis, governo reconhecido pela sociedade política, etc.; **III** – a ruptura metodológica *féodalisme-féodalité*; **IV** – “gênese” estatal, quando considerada, localizada em seus primeiros suspiros apenas nos séculos XIV-XV; **V** – parca configuração da organização política da Idade Média Central para além do conceito de monarquia feudal.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. Porto: Edições Afrontamento, 1976.
- AURELL, Martin. *L'Empire des Plantagenêt 1154-1224*. Perrin: Pour L'histoire, 2002.
- BASCHET, Jérôme. *Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. Os “Reinos Bárbaros”: Estados Segmentários na Alta Idade Médica Ocidental. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre*, Bucema nº 2, 2008
- BOIS, Guy. *Crise du féodalisme*. Paris: Presse de la FNSP, 1976.
- BOIS, Jean-Pierre, « La naissance historique des frontières, de la féodalité aux nationalités », *Sécurité européenne*. Frontières, glacis et zones d'influence de

⁸⁷ BASCHET, Jérôme. *Civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo, 2006, p. 164.

- l'Europe des alliances à l'Europe des blocs (fin XIXe siècle-milieu XXe siècle), Revue du CRHIA, Enquêtes et Documents, vol. 34, 2007
- BONNASSIE, Pierre (org.) *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona: Editorial Crítica S.A, 1984
- BONNASSIE, Pierre. *Vocabulario Básico de la Historia medieval*. Barcelona: Editora Crítica, 1988
- BORDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lousã: Publicações Europa-América LTDA, 2012.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. São Paulo: Zahar, 2014
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- CARBONELL, Charles-Olivier. *Les origines de l'Etat moderne : les traditions historiographiques françaises (1820-1990)*. In: Visions sur le développement des États européens. Théories et historiographies de l'État moderne. Actes du colloque de Rome (18-31 mars 1990) Rome: École Française de Rome, 1993.
- CARDOSO, Ciro. *História e conhecimento: uma abordagem epistemológica*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012
- COLLOT-THÉLÈNE, C. *Max Weber et l'histoire*. Paris, 1990.
- CONTAMINE, Philippe (org.). *L'État et les aristocraties. France, Angleterre, Ecosse, XII-XVII siècles*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1989
- CONTAMINE, Philippe. *La Guerra en la Edad Media*. Calabria: Editorial Labor S.A, 1984.
- DAVIES, Rees. *L'État, la nation et les peuples au Moyen Âge: l'expérience britannique*. In: Histoire, Économie et Société, Vol. 24, No. 1, 2005.
- DUBY, Georges. *A Idade Média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana d'Arc*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- DUBY, Georges. *Economia rural e vida no campo no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1988, 2.v;
- EDWALD, François. *Georges Duby: la formation de l'État*. Paris: Magazine littéraire, 1987.
- FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997
- FÉDOU, René. *L'État au Moyen Age*. Paris : Presse Universitaires de France, 1971.
- FLORI, Jean. *Philippe Auguste: La naissance de l'Etat monarchique. 1165-1223*. Paris: Tallandier, 2002
- FONTANA, Josep. *História: análise do passado e projeto social*. São Paulo: EDUSC, 1998.
- FONTENELLE, André. *Furet analisa o porquê do fascínio pelo comunismo*. Folha de São Paulo, 16 de abril de 1995, in:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/16/mais/17.html>>
- FOSSIER, Robert. *La Edad Media – el despertar de Europa 950-1250*. Barcelona: Editorial Crítica, 1988.

- GANSHOF, François-Louis. *Bloch (Marc). I. La Société féodale. La formation des liens de dépendance*. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 20, fasc. 1-2, 1941. pp. 183-193.
- GENET, Jean-Philippe. *Estado*. In: SCHMITT, Jean-Claude; LE GOFF, Jacques. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. São Paulo: EDUSC, 2006
- GENET, Jean-Philippe. *État, État moderne, féodalisme d'état: quelques éclaircissements*. In: *Europa e Italia. Studi in onore di Giorgio Chittolini*. Florença: Firenze University Press, 2011.
- GENET, Jean-Philippe. *La genèse de l'État moderne [Les enjeux d'un programme de recherche]*. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 118, juin 1997. *Genèse de l'État moderne*. pp. 3-18
- GUENÉE, Bernard. *Espace et État dans la France du bas Moyen Âge*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 23^e année, N. 4, 1968. pp. 744-758.
- GUENÉE, Bernard. *Les généalogies entre l'histoire et la politique: la fierté d'être Capétien, en France, au Moyen Âge*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 33^e année, N. 3, 1978. pp. 450-477;
- GUENÉE, Bernard. *L'histoire de l'État en France à la fin du Moyen Age vue par les historiens français depuis cent ans*. In: *Revue Historique*, T. 232, Fasc. 2 (1964), pp. 331-360
- GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV: os Estados*. São Paulo: Editora Pioneira, 1981
- GUENÉE, Bernard. *Y a-t-il un État des XIV^e et XV^e siècles?*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 26^e année, N. 2, 1971. pp. 399-406;
- GUERREAU, Alain. *Fief, féodalité, féodalisme. Enjeux sociaux et réflexion historique*. In: *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*. 45^e année, N. 1, 1990.
- GUERREAU, Alain. *O feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1980.
- HAUSER, Henri. *Marc Bloch. — La société féodale : Les classes et le gouvernement des hommes*. In: *Annales de Bretagne*. Tome 47, numéro 1, 1940.
- HOEBANX, Jean-Jacques. *Fédou (René), L'Etat au Moyen Age*. In: *Revue belge de philologie et d'histoire*, tome 52, fasc. 2, 1974
- Hilário Franco Júnior et Mário Jorge da Motta Bastos, « L'histoire du Moyen Âge au Brésil », *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre | BUCEMA* [En ligne], 7 | 2003, mis en ligne le 18 octobre 2010, consulté le 22 août 2020. URL : <http://journals.openedition.org/cem/3322> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/cem.3322>.
- KAESLER, D. *Max Weber. Sa vie, son oeuvre, son influence*. Paris: 1996.
- LACOUR, René. *René Fédou. L'État au Moyen Age*. In: *Bibliothèque de l'école des chartes*. 1973, tome 131, livraison 1
- LAUNAY, Vicent. *Le roi en son duché: étude sur les relations entre le roi de France et l'aristocratie de Bretagne (1199-1328)*. Histoire. Université Rennes 2, 2017.
- LAURANSON-ROSAZ, Christian. *En France: le débat sur la "mutation féodale". État de la question*. *Scienza & Política*, numéro 26, 2002
- LE GOFF, *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007
- LE GOFF, *São Luís. Biografia*. Rio de Janeiro: Record, 2002
- LEYTE, Guillaume. *L'État royal, XIIe-XVIIIe siècle : Une anthologie*. Paris: Presse Universitaire de France, 2004

- LICHTHEIM, Georges. *Marxism in modern France*. Londres: Columbia university press, 1966.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010
- MENDONÇA, Sônia R; FONTES, Virgínia. História e teoria política. IN: CARDOSO, Ciro; VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MOAL, Laurance. Dans le royaume ou en marge ? Le frontière des principauté (séc. XIII-XV). In : *Annales de Bretagne et des Pays de l'Ouest*, 2016.
- MONSALVO ANTÓN, José M. *Poder Político y aparatos de Estado en la Castilla bajomedieval. Consideraciones sobre su problemática*. In: *Studia histórica. Historia medieval*. Nº4.1986
- PARAIN, Charles. Caractères généraux du féodalisme. In: CERM, *Sur le féodalisme*. Paris: Édition sociale, 1971.
- PASTOR, Reyna. Estudio preliminar. In : BONNASSIE, Pierre (org.) *Estructuras feudales y feudalismo en el mundo mediterráneo*. Barcelona: Editorial Crítica S.A, 1984.
- PETIT-DUTAILLIS, Charles. *La monarchie en France et en Angleterre (X-XIII siècles)*. Paris: La renaissance du Livre, 1933.
- POLY, Jean-Pierre; BOURNAZEL, Eric. *La Mutation Féodale (Xe-XIle siècles)*. Paris: Presse Universitaire de France, 1980.
- THERBORN, Göran. *¿ Como domina la clase dominante? Aparatos de Estado y poder estatal en el Feudalismo, el Capitalismo y el Socialismo*. Mexico: Siglo Ventiuno, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. V.2, Brasília: UnB, 1999.
- Wickham, C. Abordagens Marxistas Sobre a Idade Média, Algumas Questões E Exemplos. *Mare Nostrum (São Paulo)* 2012, 3, 224-244.

Artigo recebido em 25/05/2020 e aprovado em 14/08/2020.